UMA ANÁLISE DE DISCURSOS SOBRE A PROMOÇÃO DE IGUALDADE RACIAL NO BRASIL

José Geraldo da Rocha (UNIGRANRIO)
rochageraldo@hotmail.com

RESUMO

A promoção da igualdade racial tem sido colocada como um imperativo na agenda social brasileira nos últimos anos. Em decorrência dos conflitos e interesses antagônicos das classes sociais e grupos organizados envolvidos na questão, tem se explicitado diferentes discursos, concepções e compreensões. A presente comunicação tem por objetivo analisar esses discursos carregados de significados ideológicos, contextualizando-os na perspectiva da efetivação dos direitos dos segmentos historicamente excluídos das instâncias de participação bem como das possibilidades de vivenciar a dimensão da dignidade enquanto cidadãos na sociedade brasileira. As pesquisas que vêm sendo desenvolvidas retratando a temática em pauta permitem afirmar que a promoção da igualdade racial exige um direcionamento do discurso a ser assimilado pelos gestores públicos responsáveis pelo processo de implementação de tais políticas nas esferas municipais, estaduais e federal. A sincronização dos discursos apresenta-se como desafio para alcançar êxito nas proposições. A compreensão do racismo, da discriminação racial e dos preconceitos, bem como a estrutura social que secularmente gera desigualdades de todas as naturezas quando se trata de negros e não negros no país tornou-se indispensáveis aos gestores públicos no momento de formulação das políticas de promoção da igualdade racial. Palavras, e realidades mal compreendidas, mal colocadas oferecem armadilhas à não efetivação da promoção da igualdade racial.

1. *Introdução*

Nada melhor para início de conversa a polêmica gerada com a atitude de Daniel Alves, jogador de futebol do Barcelona e da Seleção Brasileira diante de um ato de racismo durante um jogo pelo campeonato espanhol onde se enfrentavam Villa Real e Barcelona. Em uma cobrança de escanteio, um torcedor atirou uma banana, gesto característico de racismo ao associar os negros a macacos. Daniel descascou a banana e comeu, em seguida cobrou o escanteio. Ao gesto de Daniel, inicialmente, Ney-

mar se solidarizou e postou em sua página “somos todos macacos”, onde aprecia ele e seu filho comendo uma banana cada um. A polêmica virou o mundo. A mídia brasileira, mas não só, fez um estardalhaço elogiando as atitudes de Daniel e Neymar. Após vários dias acabei postando o seguinte texto em minha página no facebook intitulado: *Racismo e Babariques* – É impressionante! Daniel Alves come a banana, Neymar diz que somos todos macacos e o "mundo" aplaude! É verdade que cada um reage ao racismo em conformidade com seu grau de conhecimento, consciência e vivência. Entretanto, não se pode deixar de considerar que o racismo é uma ideologia perversa onde a dignidade humana é rebaixada. Ora, sendo assim, afirmar que somos todos macacos, em certo sentido, é professar aquilo que a ideologia racista incute nas mentes dos desavisados. Achar que o caminho apontado pelos nossos ilustres atletas é solução, parece-me um equívoco sem igual. Eu não sou macaco! Os negros todos, do mundo todo, não são macacos, embora alguns nos querem fazer crer nisso. Continuo apostando naquilo que me dá alegria e motivo de lutar: "nós somos humanos"! ... E fodam-se os racistas que pensam o contrário.

2. *Compreendendo a lógica do discurso dominante*

Os dominados falam o discurso que seus dominadores desejam que eles falem. Os discursos sobre o racismo e as realidades neles ocultadas atuam como grandes empecilhos à promoção de igualdade racial. Que igualdade é essa que rebaixa a todos nós a macacos? Que discurso é esse? Qual a sua origem? O que ele oculta? Por que tanta gente gostou tanto? Isso nos permite conjecturar que as vítimas do racismo, em muitas situações acabam agindo, e ou reagindo dentro de uma lógica estrutural em consonância com a ideologia dominante. Não raras são as situações em que se pode constatar que o dominado se transforma em um fiel “reprodutor” do discurso dominante. Isso é feito de maneira inconsciente, e é aprendido no modo subliminar de intuir um pensar das classes dominantes. A afirmação “somos todos macacos” altamente propalada nos meios midiáticos após o episódio da banana comida por Daniel Alves num estádio de futebol na Espanha é um retrato de como é assimilado pelos dominados a concepção de negros presente nas classes dominantes. Não se pode afirmar que Neymar quisesse negar a humanidade aos negros, nem a ninguém. No entanto sua afirmação corrobora com o modo de pensar colonial instaurado nas Américas a respeito dos negros que podiam ser escravizados, tratados desumanamente, pois não passavam de

animais. Em sendo animais e pretos, faz-se a alusão aos macacos. Na verdade, esse modo de pensar não contribui em nada para a superação do racismo e dos preconceitos; ao contrário, coloca “panos quentes” sobre uma realidade que a muitos incomoda, mas que outros tantos não gostariam de abordar. Aqui se encontram os elementos fundamentais do famoso “mito da democracia racial” tão bem propalado em nosso país. É apregoado por tal teoria e seus teóricos o postulado de que no Brasil “somos todos iguais”. Esse é o discurso que esconde a gritante realidade de desigualdades existente entre negros e brancos e tenta incutir uma visão problemática do lugar dos negros na sociedade brasileira. Segundo Jacooud, tal teoria está:

Assentada em uma interpretação benevolente do passado escravista e em uma visão otimista da tolerância e da mestiçagem, a democracia racial reinventa uma história de boa convivência e paz social que caracterizaria o Brasil. Todavia cabe lembrar que que tal análise, ancorada na cultura, não implica na integral negação do caráter irreversível da inferioridade dos negos (JACOUD, 2008, p. 55)

Buscando responder algumas dessas indagações, nosso trabalho objetiva apontar possibilidades de um pensar diferente sobre o racismo e as desigualdades por ele geradas na sociedade brasileira.

3. *O desafio da promoção da igualdade racial*

Não é possível promover aquilo que não compreende e que não foi assimilado. A promoção da igualdade racial está diretamente associada ao desenvolvimento das políticas afirmativas, cujos objetivos são:

Eliminar os efeitos persistentes da discriminação do passado que tende a se perpetuar; implementação de uma certa diversidade e maior representatividade dos grupos minoritários e/ou excluídos nos mais diversos domínios da atividade pública e privada; promover os historicamente excluídos dos espaços socioculturais e políticos; caracterizar o ideal de igualdade de oportunidades entre os diferentes grupos sociais e étnicos existentes no país. (ROCHA, 2017, p. 76)

Nas últimas décadas, os diferentes atores sociais têm vindo a público manifestar suas opiniões a respeito das mesmas. Isso tem gerado diferentes conceitos e concepções de promoção de igualdade e de políticas de ação afirmativa. Em determinadas situações, têm, inclusive, gerado contestação jurídica de tais iniciativas em virtude do caráter de tais medidas. Alguns segmentos representantes das classes dominantes, mas não só, entendem que a questão da promoção da igualdade não passa de retó-

rica com finalidade eleitoreira. Outros, entretanto, atestam que tamanhas desigualdades sociais presentes na sociedade brasileira e suas implicações na vida cotidiana de alguns segmentos sociais demandam atitudes políticas dos governantes no sentido de proposição de políticas específicas em benefício dos grupos e setores marginalizados e excluídos, seja do ponto de vista econômico, seja do ponto de vista sociocultural.

A promoção da igualdade racial tem sido colocada como um imperativo na agenda social brasileira nos últimos anos. Em decorrência dos conflitos e interesses antagônicos das classes sociais e grupos organizados envolvidos na questão, têm se explicitado diferentes discursos, concepções e compreensões. A presente comunicação tem por objetivo analisar esses discursos carregados de significados ideológicos, contextualizando-os na perspectiva da efetivação dos direitos dos segmentos historicamente excluídos da participação bem como das possibilidades de vivenciar a dimensão da dignidade, enquanto cidadãos brasileiros. As pesquisas que vêm sendo desenvolvidas, retratando a temática em pauta, permitem afirmar que a promoção da igualdade racial exige um direcionamento do discurso a ser assimilado pelos gestores públicos responsáveis pelo processo de implementação de tais políticas nas esferas municipais, estaduais e federal. A sincronização dos discursos se apresenta como desafio para alcançar êxito nas proposições. A compreensão do racismo, da discriminação racial e dos preconceitos, bem como a estrutura social que secularmente gera desigualdades de todas as naturezas, quando se trata de negros e não negros no país, tornou-se indispensáveis aos gestores públicos, no momento de formulação das políticas de promoção da igualdade racial. Palavras e realidades mal compreendidas e mal colocadas oferecem armadilhas à não efetivação da promoção da igualdade racial.

Os diferentes discursos propalados através das mídias, como rádios, jornais, tvs e redes sociais, a despeito do significado de promoção de igualdade racial, em muitas situações, ao invés de auxiliar na compreensão temática, acabam contribuindo com o processo de disseminação de um teor ideológico tal, que aumentam as incompreensões. Nesse sentido, a compreensão da fala de Nelson Mandela é um achado para que se possa entender o sentido das políticas de promoção de igualdade racial. Mais do que nunca, é chegada a hora de, no Brasil, se falar aos negros na sua própria linguagem.

Se você falar com um homem numa linguagem que ele compreende, isso entra na cabeça dele.

Se você falar com ele em sua própria linguagem, você atinge seu coração.
(Mandela)

O estado do Rio de Janeiro é formado por 92 municípios, dos quais, apenas 28 têm colocado em sua agenda política a questão da promoção da igualdade racial. Dentre esses 28 municípios alguns apenas acenaram com a possibilidade de criação de um organismo responsável pela execução de tais políticas. Existem municípios que criaram os órgãos, mas não destinaram recursos no orçamento municipal, outros não priorizaram recursos humanos para tal função, de modo que efetivamente, são poucos os municípios que têm efetivamente assumido o compromisso com a promoção da igualdade racial.

Nelson Mandela nos deixou um legado em referência à igualdade racial. A luta é longa e exige de todos um comprometimento tal que gastar a vida, os recursos e esforços em prol de entendimento, respeito e promoção de todos significa uma causa nobre, que vale a pena. A promoção da igualdade racial tem sido, nos últimos anos, ponto de pauta nas agendas públicas em diversos estados e cidades pelo país, ainda que nem sempre com a devida compreensão. Segundo Vieira,

Mencionar combate às desigualdades raciais significa, antes de tudo, desconstruir um longo caminho que moldou o imaginário social de que os problemas que envolvem a raça deveriam ser percebidos como uma questão de segunda categoria, posto que se referiam a uma dimensão não institucionalizada, restrita apenas ao plano subjetivo dos preconceitos, não havendo, de acordo com este raciocínio, uma questão social ou estrutural que associasse raça às condições objetivas da vida (SILVA, 2007, p. 79)

Uns com mais, outros com menos dificuldades, intentam desenvolver iniciativas voltadas para a melhoria da qualidade de vida de segmentos populacionais que, historicamente, têm sido relegados a segundo plano na gestão pública. Referimo-nos, aqui, de modo particular, aos negros, quilombolas, indígenas e comunidades tradicionais, público alvo direto das ações de promoção da igualdade racial. A presente pesquisa vem buscar compreender o que realmente se passa na região da Baixada Fluminense no tocante às políticas públicas de promoção da igualdade racial, coisa que não é possível visualizar em função da escassez de documentação e informações disponíveis daquilo que pretensamente é desenvolvido. Trata-se de uma investigação alocada no Programa de Pós-Graduação em Letras e Ciências Humanas da UNIGRANRIO, vinculada ao Grupo de Pesquisa “Relações Raciais, Desigualdades Sociais e Educação”, por mim liderado no CNPq. A superação das desigualdades e a promoção da igualdade racial, para a comunidade negra no Brasil, signi-

fica o Estado Brasileiro falar a linguagem dos negros, linguagem essa que segundo Mandela, atinge o seu coração e não apenas a sua mente.

Como desenvolver ações de promoção de igualdade racial em um contexto onde as palavras atuam como entraves para a compreensão das desigualdades? O campo das relações raciais tem se mostrado extremamente profícuo nas últimas décadas para as universidades brasileiras e institutos de pesquisas, quando se trata de desenvolvimento de pesquisas voltadas à superação dos problemas relacionados ao racismo, preconceito e desigualdades raciais no Brasil. A necessidade do desenvolvimento de políticas públicas de caráter afirmativo para a comunidade negra tem sido evidenciada cotidianamente pelos dados estatísticos dessa população em suas relações na sociedade. Segundo Jacooud,

A desigualdade entre brancos e negros é hoje reconhecida como uma das mais perversas dimensões do tecido social no Brasil. A extensa e periódica divulgação de indicadores socioeconômicos, sob responsabilidade de organismos de estatísticas e de pesquisa como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), o Departamento Intersindical de Estatísticas Socioeconômicas (DIEESE) ou o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM), mostram que grandes diferenças raciais marcam praticamente todos os campos da vida social brasileira. (JACOUD, 2008, p. 135)

Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2005), no Brasil, os 1% mais ricos se apropriam da mesma fatia de renda que os 50% mais pobres. Os 10% mais ricos se apropriam de 46% da renda nacional 90% da população ficam com 54%. Segundo Nascimento, “pode-se dizer que no Brasil as desigualdades fazem parte da formação histórica, das dinâmicas da sociedade e suas instituições (NASCIMENTO, 2007, p. 178). Só é possível tratar e pleitear promoção da igualdade quando se reconhece a existência das desigualdades.

O reconhecimento da diversidade de culturas existentes no Brasil é um passo fundamental para a compreensão de diversidade humana que compõe a população brasileira. Povos indígenas de inúmeras tribos, cada uma com seu modo de ser, de fazer e de estar no mundo; povos negros de origem africana, oriundos de grupos étnicos tão diversos, com culturas e valores tão diferentes, assim como povos europeus, demandam um modo de convivência que salvguarde os seus direitos elementares. Tem se verificado ao longo da história do país, que alguns desses grupos não têm tido a devida oportunidade de participar e usufruir das riquezas, bens, serviços e direitos de forma igual. Vivemos em uma democracia do “faz de conta”. As desigualdades são gritantes em todos os aspectos que quei-

ramos analisar. “Estudos apontam que os rendimentos derivados do trabalho são invariavelmente menores entre os negros, em todos os estratos ocupacionais estudados” (JACCOUD, 2008, p. 49). Elas o são do ponto de vista socioeconômico, educacional, bem como racial. “É fato conhecido no panorama das desigualdades brasileiras que há uma desigualdade racial considerável no país. Pretos e pardos, doravante denominados negros, têm menos que a metade da renda domiciliar *per capita* de brancos” (SOARES, 2008, p. 123). Nesse cenário, no plano federal, no início da década de 2000, são tomadas algumas iniciativas que vão desembocar na criação da Secretaria Especial de Promoção da Igualdade Racial – SEPPIR. A partir daí, desencadeiam-se as discussões sobre a necessidade de o país encontrar caminhos para superação das desigualdades raciais, sobretudo após a conferência de Durban. É bem verdade que, no âmbito dos movimentos sociais organizados, tais reivindicações já faziam parte da agenda de luta. Cabe lembrar aqui que, em 1995, na Marcha de Zumbi, realizada em Brasília, o movimento negro entregou ao Governo Federal um documento onde constavam suas reivindicações por um Brasil mais democrático e igualitário. No âmbito das universidades, iniciaram-se as discussões quanto ao direito do ingresso dos negros por meio das cotas, medida tomada por algumas universidades, sobretudo no Rio de Janeiro, Bahia e Brasília.

A promoção da igualdade racial no âmbito da educação afluava-se como um imperativo, dados os índices de exclusão dos negros no ensino superior, onde, em cada 100 estudantes que concluíam seus estudos nas universidades públicas, apenas 2 eram negros. A retomada do discurso das ações afirmativas, enquanto possibilidade política e fundamentação da promoção de igualdade, criou um cenário novo no país. Está caracterizado na compreensão de muitos ativistas do movimento negro brasileiro, que as ações afirmativas contribuíram significativamente para colocar, definitivamente, a discriminação e o preconceito na agenda pública. Com isso pode-se afirmar que um dos grandes impactos das medidas de ações afirmativas é a mudança de lógica no processo de discussão das desigualdades sociais no Brasil. Assim, foi possível vislumbrar inúmeros segmentos sociais que necessitavam de políticas específicas para se recolocarem como sujeitos, com valores e dignidade humana, reescrevendo a história (BURKE, 1992), cujo reconhecimento tinha que partir dos gestores públicos.

A Baixada Fluminense é uma região composta por vários municípios que formam a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Num estudo

desenvolvido na Escola Nacional de Ciências Estatísticas, em 2007, que resultou na dissertação de mestrado *Mortalidade e Condições de Vida na Baixada Fluminense*, de Aline de Moura Souza, a região é apresentada como um “cenário de baixo desenvolvimento econômico e precárias condições de saúde”. O intenso processo de ocupação e crescimento demográfico, experimentado durante o século XX, foi acompanhado de uma melhora parcial nas condições de saúde, habitação e infraestrutura básica, mas vários problemas ligados à situação de pobreza e necessidades básicas não atendidas ainda persistem. Outra característica da região é o fato de ela ser conhecida como “cidade dormitório” em função do deslocamento de grande parte de sua população, pela manhã, para a cidade do Rio de Janeiro, para trabalhar e retornar somente à noite. Saúde, transporte, educação, segurança, saneamento básico, trabalho, constituíram-se nos grandes desafios ao longo de décadas. A violência é uma realidade com a qual a população vive cotidianamente, e que, nos últimos tempos, tem se agravado, em função da política de segurança implantada na cidade do Rio de Janeiro com as UPP (Unidades Policiais de Pacificação). A região tem se tornado “refúgio” dos criminosos que abandonam suas “bases” nos morros e periferias da “cidade maravilhosa”.

Nesse cenário político, onde parece que nada funciona, o discurso de igualdade evoca análises em seus múltiplos aspectos. A igualdade racial passa necessariamente pelo tratamento socioeconômico dado à região, pelo modo como os aspectos culturais com suas riquezas são enfocados, a maneira como é encarada a segurança pública dos cidadãos, em sua maioria negros, assim como pelas políticas de combate ao racismo e superação de todas as formas de intolerâncias presentes no cotidiano da vida da população. A promoção da igualdade racial é uma questão ética, bem como uma questão do próprio desenvolvimento do país. Esse é, inclusive, o indicativo que se pode encontrar no discurso feito pelo Presidente da República por ocasião da Primeira Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, realizada em Brasília, em junho de 2005. O então presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, assim discursava:

Companheiros e companheiras,

Esta Primeira Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial, pela forma como foi preparada – 27 conferências estaduais com intensa participação de mais de 90 mil pessoas – e pelo que significa na história de nosso país, já é, por si mesma, uma grande vitória de todos os que lutam pela igualdade racial. Uma vitória de que há muito tempo o Brasil precisa, e que a consciência democrática da sociedade, em especial a do nosso povo negro, sempre

buscou (...) por isso, a igualdade racial é, para nós, além de um compromisso ético, uma diretriz política e econômica de desenvolvimento. (LULA, 2005)

Conforme se pode constatar no discurso de Lula, a igualdade racial será uma conquista de todos, e é um bem para o desenvolvimento do país. Daí a certeza de que não cabem mais os meios termos para o tratamento da promoção de igualdade racial. O discurso necessita ser recolocado sem falsos pudores, sob pena de continuar a escamotear a realidade de desigualdades.

Oxalá novos discursos obtenham novos significados em uma perspectiva da força da palavra e suas possíveis materializações no que tange à efetivação dos direitos de todos.

4. Considerações finais

O que se fala e como se fala sobre igualdade influencia no que se faz para promovê-la. O que se fala e como se fala sobre os negros e racismo marcam decisivamente a atuação dos gestores públicos responsáveis diretos pela elaboração, implementação, efetivação e avaliação das políticas de promoção da igualdade racial. É verdade que apenas a mudança do discurso não garante a promoção da igualdade racial, mas é verdadeiro também que um discurso viciado, emaranhado de desentendimentos, conscientes ou não, sobre a realidade em que vivem os negros no país, acaba funcionando como um elemento de entrave das ações de promoção de igualdade. A superação do discurso viciado sobre o tema da igualdade é uma exigência para que se possam efetivar políticas de promoção.

A igualdade racial não é apenas um sonho, mas um horizonte possível de ser alcançado. Ir além das artimanhas dos discursos significa ver além do que aparentemente pode ser visto num primeiro instante. Esse novo olhar para a região da Baixada Fluminense cobra novas posturas diante dos problemas socioeconômicos e culturais vividos pela população local. Promover igualdade racial passa a significar re colocação da dignidade humana no seu devido lugar. Assim, não mais seremos “todos macacos”, mas seremos todos humanos. Esse é o horizonte novo que essa discussão nos aponta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

BRAZ, Antonio Augusto; ALMEIDA, Tânia Maria Amaro. *De Meriti a Duque de Caxias: encontro com a história da cidade*. Duque de Caxias: APPH-Clio, 2010.

BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.

CAVALLEIRO, Eliane. Valores civilizatórios: dimensões históricas para uma educação antirracista. In: BRASIL. Ministério da Educação/Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. *Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais*. Brasília: SECAD, 2006.

FORO DE ONGs. *Conferencia Mundial Contra el Racismo*. Durban: Sudafrica, 2000.

GUIMARÃES, Antônio Sergio. A desigualdade que anula a desigualdade: notas sobre ação afirmativa no Brasil. In: SOUZA, Jessé (Org.). *Multiculturalismo e racismo: uma compreensão Brasil-Estados Unidos*. Brasília: Paralelo 15, 1997.

HASENBALG, Carlos Alberto. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

HENRIQUES, Ricardo (Org.). *Desigualdade e pobreza no Brasil*. Rio de Janeiro: IPEA, 2000.

HERINGER, Rosana. *A cor da desigualdade: desigualdades raciais no mercado de trabalho e ação afirmativa no Brasil*. Rio de Janeiro: Ierê, Núcleo da Cor, LPS, IFICS, UFRJ, 1999.

JACCOUD, Luciana. Racismo e república: o debate sobre o branqueamento e a discriminação racial no Brasil. In: THEODORO, Mario. (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. Brasília: IPEA, 2008.

_____. O combate ao racismo e à desigualdade: o desafio das políticas públicas de promoção da igualdade racial. In: THEODORO, Mario. (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. Brasília: IPEA, 2008.

MUNANGA, Kabengele. *Estratégias e políticas de combate à discriminação racial*. São Paulo: USP/Centro de Estudos Africanos, 1996.

NASCIMENTO, Alexandre. Ações afirmativas: combate ao racismo e promoção da igualdade, In: ROCHA, José Geraldo; SANTOS Ivanir. *Diversidade e ações afirmativas*. Rio de Janeiro: CEAP, 2007.

ROCHA, José Geraldo; SANTOS, Ivanir. *Diversidade e ações afirmativas*. Rio de Janeiro: CEAP, 2007.

SANTOS, Antônio Raimundo dos. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

SANTOS, Sales Augusto. *Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas*. Brasília: MEC, 2005.

SILVA, Andrea Lopes Costa. A experiência de ação afirmativa no Brasil. In: ROCHA, José Geraldo; SANTOS, Ivanir. (Orgs.) *Diversidade e ações afirmativas*. Rio de Janeiro: CEAP, 2007.

SILVA, Nelson do Valle. Uma nota sobre “raça social” no Brasil. *Estudos Afro-Asiáticos*, n. 26, Rio de Janeiro, 1994.

SILVA, Petronilha B. G.; SILVERIO, Valter Roberto, (Orgs.). *Educação e ações afirmativas no Brasil: entre a injustiça simbólica e a injustiça econômica*. Brasília: INEP, 2003.

SOARES, Sergei. Trajetória da desigualdade: a evolução da renda relativa aos negros no Brasil. In: THEODORO, Mario. (Org.). *As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil 120 anos após a abolição*. Brasília: IPEA, 2008.